

Debate: saneamento pode levar 200 anos para chegar a todo o país

Setor de saneamento básico, que engloba tratamento de esgoto e de água, enfrenta mais que carência de recursos; maiores problemas são gestão deficiente, desvalorização da engenharia e falta de projetos, segundo especialistas

O professor Francisco Salviano afirmou ontem, na Comissão de Infraestrutura, que seria preciso investir anualmente 0,63% do PIB para que o saneamento básico fosse universalizado no Brasil em 2030. Caso seja investido o 0,2% atual, essa universalização só será alcançada em 200 anos. Ele lamentou a constatação de que o saneamento não é uma prioridade para o poder público nem para a sociedade. Já o presidente da Funasa, Francisco Danilo Forte, afirmou que "o problema é estrutural: os estados e municípios não estavam preparados para o volume de recursos disponíveis". Fernando Collor observou que as atribuições e os recursos para saneamento estão pulverizados. **3**



Na audiência pública, Raul Pinho (E), Francisco Danilo Forte, Fernando Collor, Mário Vieira e Francisco Assis Salviano

Brasil perde mercado argentino para a China

Enquanto as vendas brasileiras para a Argentina caíram, o comércio daquele país com a China começou a se intensificar após

a adoção de medidas protecionistas pelo governo de Buenos Aires, seguida de medidas semelhantes tomadas pelo Brasil. Números re-

tratando a situação foram apresentados pelo embaixador Regis Arslanian, representante brasileiro junto ao Mercosul e à Aladi. **5**



Reunida ontem em Montevideu, a Representação Brasileira no Parlasul (E) considerou a eleição de José Pepe Mujica para a presidência do Uruguai, no domingo (D), um sinal positivo para a integração regional

No Plenário, política para a agricultura familiar

Projeto de lei que institui política de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas e quilombolas é o primeiro item da pauta do Plenário. A proposta tramita em regime de urgência. **2**

Cristovam Buarque defende CPI sobre escândalo no DF

Cristovam Buarque defendeu a criação de CPI para apurar o escândalo envolvendo o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, secretários, empresários e deputados distritais. Arruda e correligionários aparecem em vídeos recebendo dinheiro supostamente irregular. Mão Santa e João Pedro também lamentaram o episódio. **7**

Papaléo: queda na arrecadação aflige municípios

Papaléo Paes apresentou dados da Receita Federal para mostrar que a queda da arrecadação tributária tem agravado a situação financeira de muitos municípios. Entre setembro de 2008 e setembro deste ano, afirmou, o governo arrecadou menos 9,8%. O senador também criticou o atual sistema de repartição dos gastos públicos. **8**

Audiência de conciliação pode se tornar obrigatória

Proposta foi aprovada pela comissão de juristas que elabora anteprojeto. O presidente do colegiado, ministro Luiz Fux, disse que, para dar maior rapidez às decisões, comissão estuda também a supressão de recursos e outros fatores de atraso do processo. **4**

Projeto do Executivo cria programa para transferir conhecimentos sobre técnicas agrícolas a agricultores familiares, assentados da reforma agrária e quilombolas



Senadores em Plenário: dispensa de licitação é ponto polêmico da proposta

Plenário analisa nova política de extensão rural

O PRIMEIRO ITEM da pauta do Plenário na sessão de hoje é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 219/09, que institui política de assistência técnica e extensão rural e estabelece programa para o setor. Os beneficiados são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais comunidades tradicionais, bem como silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O projeto tramita em regime de urgência.

Enviado ao Congresso pelo Executivo, o PLC institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). A Pnater será desenvolvida e formulada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e deve, entre outras atribuições, promover o desenvolvimento rural sustentável e de vocações econômicas regionais. Já o Pronater é o instrumento de implementação da Pnater e suas diretrizes deverão compor o plano plurianual (PPA).

Aprovado sob a forma de substitutivo pela Câmara, o projeto traz alterações em relação ao texto original do Executivo para que seja dada prioridade às

entidades e aos órgãos públicos oficiais de assistência técnica e extensão rural na destinação de recursos financeiros da política nacional.

Licitações

Um ponto polêmico da matéria foi mantido pelos deputados: a dispensa de licitação para a contratação de instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Pronater. Esse item chegou a ser suprimido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, mas foi mantido pelo Plenário daquela Casa.

De acordo com a proposta, a contratação dos serviços será feita por meio de chamada pública, com definição de requisitos, entre os quais, a qualificação da equipe técnica que prestará assistência aos agricultores. Os serviços que tais instituições contratadas prestarem aos beneficiários serão gratuitos para eles.

Pelo projeto, os conselhos estaduais de desenvolvimento sustentável farão o credenciamento das instituições encarregadas de executar a assistência técnica. Para se cadastrar, a instituição deverá atuar no estado em que solicitar o credenciamento, ter pessoal capacitado para esse trabalho e estar constituída há mais de cinco anos.

Por causa de gastroenterite, Sarney faz exames em São Paulo

Em função da gastroenterite que o acometeu na quinta-feira passada, o presidente do Senado, José Sarney, resolveu antecipar os exames médicos que faz anualmente e viajou a São Paulo, onde está sendo atendido no Hospital Sírio-Libanês.

Ele deve retornar a Brasília a tempo de conduzir as duas sessões do Congresso que se realizam nesta semana para a deliberação, entre outros itens, de créditos orçamentários.

Na última quinta-feira, quando recebia no Salão Nobre Jia Qinglin, presidente da Con-

ferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), o presidente do Senado teve um mal-estar, diagnosticado como gastroenterite, uma inflamação simultânea do estômago e do intestino. No serviço médico da Casa, ele foi medicado contra dores e hidratado com soro.

Exames radiológicos e ecológicos confirmaram, naquela ocasião, o diagnóstico de gastroenterite. A decisão de ir agora a São Paulo submeter-se a um *check up*, segundo sua assessoria de imprensa, justifica-se apenas como medida preventiva.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário: política nacional para agricultura familiar

Às 14h, o Plenário realiza sessão deliberativa. Na pauta, a proposta que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater).

Comissão mista analisará MP

Às 15, reunião para instalar a comissão mista para analisar a Medida Provisória (MP) 471/09, que altera as leis 9.440/97 e 9.826/99, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

CMO debate com Infraero, Petrobras e TCU indícios de irregularidades em obras públicas

Duas audiências públicas, no Plenário 2 da Câmara, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), para subsidiar votações referentes a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, em cumprimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Às 10h, serão ouvidos representantes da Infraero, e às 15h, da Petrobras.

Nas duas ocasiões deverá haver a presença de representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão responsável pela análise dos contratos para realização de obras e serviços públicos.

CMA: projeto criminaliza comércio de fósseis

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, às 11h30, proposta que tipifica o comércio de fósseis como crime. Além de ficarem sujeitas a multas, as pessoas flagradas armazenando ou

vendendo fósseis podem pegar pena de prisão de um a cinco anos. Outro projeto que consta da pauta obriga o estabelecimento de ensino a divulgar a lista de material escolar 45 dias antes da data final para a matrícula.



José Cruz

Filmes nacionais na educação básica

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examina, às 11h, entre os 22 itens da pauta, proposta que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para obrigar a exibição de filmes e audiovisuais de produção nacional nas escolas da educação básica.

CAE discute remuneração do FGTS

Audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute, às 12h, a remuneração do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e a distribuição dos resultados.

Participam Mario Alberto Avelino, do Instituto FGTS Fácil; José Márcio Camargo, da PUC do Rio de Janeiro; Joaquim Lima de Oliveira, da Caixa Econômica Federal; Roberto Kauffmann, do Sindicato da

Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro; deputado Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical; Artur Henrique, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e Ricardo Patah, da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Antes, às 10h, a CAE analisa entre os 23 itens da pauta projeto que amplia a dedução de tributos para doações a entidades filantrópicas.

Novo Código de Processo Penal

Apresentação, às 14h, do relatório final da comissão temporária destinada a examinar o projeto de lei do Senado (PLS 156/09) que reforma o Código de Processo Penal.

Congresso realiza sessão às 20h

O Congresso se reúne, às 20h, para votar projetos de lei que concedem créditos a diversos órgãos do governo federal.

Senado e Câmara organizam seminário sobre inteligência

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência e as comissões de Relações Exteriores (CRE) do Senado e da Câmara promovem, a partir das 9h, o seminário internacional Atividade de Inteligência e Controle Parlamentar: Fortalecendo a Democracia. As inscrições podem ser feitas pelo [site www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br).

Senado Cultural promove fórum sobre a mulher

O Senado Cultural realiza, às 14h, na Biblioteca Luiz Viana Filho, o fórum O Parlamento e as Mulheres Dialogam no Senado Federal. O evento tem a participação da bancada feminina do Congresso, com apoio do Fórum de Mulheres do Mercosul e da União Feminina das Américas. A abertura será feita pela deputada Emília Fernandes.

Garantia-Safra para áreas da Sudam

Às 9h30, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne para analisar, entre outros, projeto que estende o benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Subcomissão discute segurança pública

Audiência, às 18h, na Subcomissão Permanente de Segurança Pública, ligada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para tratar da reestruturação dos órgãos de segurança pública. O debate contará com a presença dos presidentes da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil, Abelmídio de Sá Ribas; da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Militares Estaduais, deputado distrital Cabo Patrício; e da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Carlos Benito Jorge; entre outros.

Proibição do fumo em ambientes coletivos pode ser votada amanhã

Três projetos que proíbem ou restringem o consumo de produtos derivados do tabaco estão na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de amanhã.

A relatora das propostas, Marina Silva (PV-AC), recomendou a aprovação do projeto (PLS 315/08), do senador Tião Viana (PT-AC), e a rejeição dos PLSs 420/05 e 316/08, dos senadores Magno Malta (PR-ES) e Romero Jucá (PMDB-RR), respectivamente. Enquanto o primeiro proíbe o fumo em ambientes fechados, públicos ou privados, as outras duas propostas permitem seu uso em áreas exclusivas – os chamados “fumódromos”.

A relatora lembra que somente a proposta de Tião Viana se ajusta à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, assinada em 2003 pelo Brasil e outros 191 países da Organização Mundial da Saúde (OMS). O tratado enfatiza que “ventilação e filtração do ar não são suficientes para reduzir a exposição passiva aos malefícios da fumaça”.

Emenda de Marina Silva substituiu a expressão “ambiente fe-

chado” por “recintos coletivos”, provocando duas alterações: evita que a proibição alcance a residência do fumante, mas inclui ambientes coletivos abertos, e não apenas os fechados.

Em seu parecer, a senadora cita diversos malefícios ambientais causados pelo cigarro. Segundo ela, a cada 300 cigarros produzidos, uma árvore é queimada nos fornos a lenha que secam as folhas do fumo, os filtros de cigarros atirados na natureza levam cem anos para se degradar e cerca de um quarto dos incêndios é provocado por pontas de cigarros.

Marina Silva salienta ainda os malefícios à saúde: segundo o Instituto Nacional do Câncer, 1 milhão de brasileiros morreram em decorrência do uso de tabaco nos últimos 30 anos e o Sistema Único de Saúde gasta quase R\$ 20 milhões por ano com tratamento de doenças causadas pelo tabagismo passivo.

O debate sobre proibição do fumo ocorre no momento em que leis similares entraram em vigor em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

Especialista adverte que, se o país continuar aplicando, por ano, apenas 0,2% do produto interno bruto, a universalização do saneamento básico só será alcançada em 200 anos



Fernando Collor (entre Francisco Danilo Forte e Mário Vieira Marcondes Neto) preside a audiência pública na CI

Má gestão e falta de verbas atrasam saneamento no país

CASO O BRASIL continue investindo por ano, no setor, apenas 0,2% do produto interno bruto (PIB), a universalização do saneamento básico no país só será alcançada em 200 anos. A afirmação foi feita ontem pelo professor Francisco de Assis Salviano de Sousa, da Universidade Federal de Campina Grande (PB), durante audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, presidida pelo senador Fernando Collor (PTB-AL).

Na avaliação de Francisco Salviano, para que o saneamento básico (tratamento de esgoto e água) seja alcançado no Brasil até 2030, seria preciso investir anualmente 0,63% do PIB.

Também participaram da audiência o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Francisco Danilo Forte; o presidente do Instituto Trata Brasil, Raul Pinho; e o presidente da Companhia Nacional de Saneamento (Conasa), Mário Vieira Marcondes Neto.

Problemas

Os quatro debatedores foram unânimes em reconhecer que, além da falta de recursos, os maiores problemas do setor são a gestão deficiente, a desvalorização da engenharia, a falta de projetos e a capacidade de endividamento dos municípios, que está esgotada.

Francisco Forte disse que o país vive o momento mais rico de sua história para investir em saneamento básico, mas enfrenta a dificuldade de planejam-

to no médio e longo prazos. Ele assinalou que a legislação referente à fiscalização e licitação deveria ser mais flexível, pois as exigências legais são as mesmas para as grandes e as pequenas obras.

– O maior problema não é a falta de recursos. O problema é estrutural. Os estados e municípios não estavam preparados para o volume de recursos disponíveis – afirmou.

Ignorância

Por sua vez, Raul Pinho lembrou que sete crianças morrem por dia no Brasil devido à diarreia. Ele apresentou uma pesquisa contratada ao Ibope pelo Movimento Trata Brasil, que revelou a ignorância da sociedade em relação ao saneamento básico. Segundo a pesquisa, 31% dos brasileiros não sabem o que é saneamento básico; 64% nunca ouviram falar sobre o tema na escola; 77% nunca viram uma campanha de esclarecimento; e 41% não estão dispostos a pagar pelo serviço. Na sua avaliação, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) emperrou por falta da percepção de que é preciso preparo antecipado.

– Não é uma questão de dinheiro, apenas. O problema é que não se investe em gestão. O governo não divulga a quantidade de desembolso quando faz anúncios do PAC, que até agora só gastou 14,8% dos recursos disponíveis. Não é só colocar o dinheiro em cima da

mesa – alertou.

Mário Vieira disse que o Brasil estacionou no século 19 em relação ao saneamento básico e que a carência de água tratada já é verificada em várias regiões do Brasil.

Como exemplo, ele citou o caso de Santa Catarina, que tem um dos piores índices de saneamento do país, semelhante ao do Piauí. Entre os principais entraves, Vieira listou a incapacidade dos municípios se endividarem, a frequente ingerência política nas companhias estaduais de saneamento e a politização do debate sobre a privatização desse serviço.

Em sua intervenção, Francisco Salviano lamentou a constatação de que o saneamento não é uma prioridade para o poder público nem para a sociedade. Na opinião do professor, a solução passa pelo desenvolvimento do interior do país; melhoramento da distribuição de renda; adoção de sistemas mais simples, baratos e eficientes; educação ambiental no ensino básico; e avaliação sistemática da eficiência da prestação do serviço.

Pulverização

Por sua vez, Fernando Collor, que presidiu a audiência pública, apontou a pulverização, por cinco ministérios, das atribuições e recursos destinados à política de saneamento básico. Para Collor, essa diluição se reflete em dificuldades como os atrasos no PAC.



Parecer de Marina Silva rejeita dois projetos e aprova apenas o de...



... Tião Viana, mais rigoroso ao impedir até criação de “fumódromos”

Comissão examina normas para proteger o patrimônio fóssil

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) pode examinar hoje, em decisão terminativa, projeto que estabelece normas de proteção e acesso ao patrimônio fossilífero do país, além de sanções penais e administrativas para os crimes praticados contra esse tipo de riqueza natural.

De autoria de Pedro Simon (PMDB-RS), a proposta (PLS 57/05) é relatada por Inácio Arruda (PCdoB-CE), que apresentou voto favorável à matéria.

Inácio Arruda observa que, embora a Lei 3.924/61 introduza no ordenamento jurídico a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos, tal amparo abrange apenas os restos arqueológicos provenientes



Pedro Simon é autor da proposta que está na pauta de hoje da CMA

das atividades dos paleoíndios. Já o patrimônio fóssil, referente aos resquícios de formas de vida existentes em eras passadas, na maioria das vezes anteriores à presença dos homens nas Américas, permanece relativamente desprotegido, segundo o senador.

A água vale ouro

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.

Diminua o tempo do banho

Elimine os vazamentos

Não deixe a torneira pingando

Use a vassoura, e não a mangueira, para limpeza

Instale torneiras com sensores automáticos

Use uma bacia para lavar louça

Escove os dentes com a torneira fechada

Artes: Cirilo Quartim. Fonte: Phnuma e Instituto Alkata

Presidente da comissão incumbida de elaborar anteprojeto de novo CPC destaca que um dos pontos em estudo é a supressão de recursos e de outros fatores de atraso do processo

Audiência de conciliação pode se tornar obrigatória

A COMISSÃO DE juristas incumbida de elaborar um anteprojeto de novo Código de Processo Civil (CPC) aprovou ontem, em sua primeira reunião, proposta de obrigatoriedade de realização de audiência de conciliação. A ideia é que haja um grande esforço para que as partes entrem em um acordo a fim de que as audiências de conciliação possam efetivamente resultar no fim do processo, como explicou a relatora da comissão, professora e advogada Teresa de Arruda Alvim Wambier.

Segundo o presidente da comissão, ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o novo CPC deve ter como princípio informativo a duração razoável dos processos. Para isso, a comissão estuda a supressão de recursos e outros fatores de atraso do processo.

A relatora da comissão lembrou que a audiência de conciliação já está prevista na lei, mas passaria a ser obrigatória. A professora observou que, num primeiro momento, pode haver certa oposição por parte de alguns juízes à ideia, já que a exigência de mais uma audiên-



Comissão externa criada pelo Senado realizou ontem sua primeira reunião

cia significaria uma pauta mais carregada para o magistrado.

Teresa Wambier disse, no entanto, que essa sugestão, se incorporada ao texto do novo código, permitirá a redução substancial do número de processos.

Sobre esse ponto, Luiz Fux afirmou que a proposta "é uma estratégia que acompanha formas alternativas de solução de litígio". Ele ressaltou que a comissão não se opõe a possibilidades como arbitragem, mediação, competência absoluta dos juizados especiais e outras destinadas a desafogar a Justiça.

Outra decisão adotada pela comissão foi a de permitir que o réu, na mesma ação em que está sendo acusado, possa fazer pedidos contra o autor da ação.

Inovações

Luiz Fux afirmou ainda que a comissão de juristas pretende criar um novo paradigma, inserir novas figuras no código, afastar institutos não utilizados e tornar mais concentrados os atos do juiz. O ministro anunciou que, concluído o anteprojeto, a comissão submeterá o texto ao controle prévio de constitucionalidade do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ideia é simplificar para tornar processo mais rápido

O presidente da comissão de juristas que vai elaborar anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC), ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), afirmou que o colegiado tem uma "ideologia comum: a ideologia da celeridade, da prestação da Justiça com a eliminação de vários incidentes que acarretam a demora da resposta judicial". Segundo ele, a ideia é simplificar o processo civil para que esse seja mais ágil. A expectativa do ministro é a de que o consenso "vai imperar" na comissão.

As declarações foram feitas pouco antes da primeira reunião da comissão, criada por ato do presidente do Senado, José Sarney. Como preparação

ao encontro, os integrantes do colegiado trocaram propostas via e-mail. Ontem, eles deveriam definir os pontos temáticos que serão discutidos e sobre os quais incidirão as sugestões de mudanças. Numa segunda etapa, tratarão da elaboração dos novos dispositivos do código.

Segundo Luiz Fux, já foi elaborado um calendário para racionalizar os debates. O ministro informou que, depois das discussões internas e do amadurecimento do anteprojeto, a comissão promoverá audiências públicas para debater com a sociedade a proposta de um novo CPC. O colegiado também enviará ofícios às entidades envolvidas com o tema para que apresentem sugestões:

– O código não é da comissão, mas da nação brasileira. Estamos aqui a serviço da nação – disse o ministro.

Luiz Fux afirmou que a comissão tem uma proposta inovadora. Depois de reconhecer que as reformas já feitas no código foram muito bem elaboradas, o ministro destacou que os integrantes do colegiado receberam a incumbência de criar um novo Código de Processo Civil.

A comissão tem seis meses para concluir o trabalho. Questionado sobre se o prazo não era exíguo, Luiz Fux afirmou que os integrantes do colegiado assumiram uma tarefa pública e que não podem aceitar esse tipo de responsabilidade com desânimo.

Código é de 1973 e foi alterado por 64 normas

O Código de Processo Civil em vigor é de 17 de janeiro de 1973. De lá para cá, já foram editadas 64 normas legais alterando-o de alguma forma. Na época de edição do código, os instrumentos processuais de proteção dos direitos fundamentais "não gozavam do mesmo desenvolvimento teórico de que desfrutavam modernamente" e, desde então, houve uma grande evolução na estrutura e no papel do Poder Judiciário. Essas foram algumas das considerações feitas pelo presidente do Senado, José Sarney, em ato de criação da comissão de juristas que irá elaborar anteprojeto de Código de Processo Civil, assinado em 30 de setembro último.

Sarney também levou em

consideração, ao justificar a instituição da comissão, que tanto o acesso à Justiça quanto a razoável duração do processo "adquiriram novo verniz ao serem alçados à condição de garantias fundamentais previstas constitucionalmente".

Membros

Com 12 integrantes, a comissão tem prazo de 180 dias, contados a partir do último dia 1º, para apresentar um anteprojeto de Código de Processo Civil. O presidente é o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux e a relatora, a professora e advogada Teresa de Arruda Alvim Wambier.

Os demais integrantes da comissão são Adroaldo Furta-

do do Rio Grande do Sul; Benedito Cerezzo Pereira Filho, advogado; Bruno Dantas, consultor-geral do Senado; Elpídio Donizetti Nunes, desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Humberto Theodoro Júnior, desembargador aposentado de Minas Gerais; Jansen Fialho de Almeida, juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; José Miguel Garcia Medina, advogado; José Roberto dos Santos Bedaque, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Marcus Vinicius Furtado Coelho, membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e Paulo Cezar Pinheiro Carneiro, advogado e ex-procurador de Justiça.

Extinção de exame da OAB volta à pauta da Comissão de Educação

A proposta de extinção do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) volta hoje à pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta é de Gilvam Borges (PMDB-AP) e recebeu emenda do relator, Marconi Perillo (PSDB-GO). A matéria (PLS 186/06) será depois votada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Marconi sugere, no lugar da abolição do exame, mudanças em sua forma de realização. Segundo o parecer do relator, esse teste terá duas fases – a primeira com questões de múltipla escolha sobre as matérias do currículo de Direito e a segunda com questões práticas e a elaboração de peça técnica privativa de advogado – e deverá ser oferecido a cada quatro meses.

LDB

Mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também deverão ser analisadas pela CE. Enquanto projeto (PLS 185/08) de Cristovam Buarque (PDT-DF) quer tornar obrigatória a exibição de filmes nacionais, o PLS 337/06, do então senador Roberto Saturnino, pretende inserir conteúdos ligados à música e às artes plásticas e cênicas no currículo de Artes da educação básica. Os dois

projetos receberam emendas de Rosalba Ciarlini (DEM-RN). No caso do PLS 185/08, o parecer estabeleceu que a exibição dos filmes será considerada atividade curricular complementar, com carga mínima obrigatória de duas horas mensais. Já o parecer ao PLS 337/06 inseriu as modalidades artísticas citadas como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, concedendo prazo de cinco anos para as escolas formarem professores e oferecerem turmas de artes plásticas e cênicas. Quanto ao ensino de música, a relatora observou que mudança na LDB já definiu esse prazo em três anos.

A comissão deve se manifestar ainda sobre dois projetos sobre liberdade religiosa. O parecer de Inácio Arruda (PCdoB-CE) é favorável ao PLC 160/09, que regulamenta dispositivos constitucionais ao definir mecanismos que asseguram o livre exercício religioso, a proteção aos locais de culto, a inviolabilidade de crença e a liberdade de ensino religioso. Ao relator o PLS 170/06, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que pretende tornar crime o ato de fabricar, importar, distribuir, armazenar ou comercializar jogos de *video-game* ofensivos a cultos, credos ou religiões, Valter Pereira (PMDB-MS) apresentou emenda sugerindo pena de reclusão de um a três anos, mais multa.



Comissão deve analisar hoje duas propostas sobre liberdade de culto e religião

Mais rigor para município obter recurso federal de habitação

Somente terão acesso a recursos federais destinados a programas habitacionais de interesse social, como a construção de casas populares, os municípios que instalarem conselhos de política urbana e de habitação.

A regra está prevista no projeto da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) a ser votado a partir das 11h de amanhã pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A proposta (PLS 198/09) também obriga as cidades que desejam obter recursos federais a instituir, no prazo de dois anos após a aprovação da lei, fundos específicos de natureza contábil e elaborar o cadastro público de beneficiários desses programas.

O projeto, que altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), será votado em decisão terminativa e tem parecer favorável do senador Jefferson Praia (PDT-AM).

Consta ainda da pauta pro-

jetos (PLS 114/04) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que pune as empresas aéreas que venderem passagens além dos assentos disponíveis nas aeronaves, prática conhecida como *overbooking*.

O relator, Almeida Lima (PMDB-SE), apresentou alterações, como a que determina que as operações de embarque e desembarque poderão ser realizadas em até duas horas após o horário previsto e que os passageiros deverão ser comunicados com a máxima antecedência possível sobre atrasos ou cancelamentos de voo e, se houver, sobre os novos horários para embarque e desembarque.

Em caso de cancelamento de voo ou atraso superior a duas horas no aeroporto do início do voo ou no de escala, o passageiro poderá optar pelo recebimento de indenização no valor correspondente ao da maior tarifa cobrada pelo transportador para a emissão de bilhete aéreo no trecho considerado.

Embaixador junto ao Mercosul apresentou a parlamentares dados que mostram crescimento da participação chinesa nas importações argentinas

Para brasileiros, eleição de Mujica fortalece Mercosul

A eleição de José Pepe Mujica para a Presidência do Uruguai, no domingo, foi recebida pelos integrantes brasileiros do Parlamento do Mercosul como um sinal positivo para a integração regional.

Candidato pela Frente Ampla, mesmo grupo do atual presidente Tabaré Vázquez, Mujica recebeu 51,9% dos votos – contra 44,2% dados ao candidato do Partido Blanco, Luis Alberto Lacalle.

A vitória de Mujica foi intensamente celebrada nas ruas de Montevidéu, onde ocorre desde ontem mais uma reunião do Parlasul.

– A eleição foi uma grande festa da democracia, com uma impressionante participação popular. Observamos um processo muito tranquilo e acompanhamos as declarações do presidente eleito, que pretende ampliar ainda mais o diálogo no país – disse o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

A oposição aberta de Luis Alberto Lacalle ao Mercosul foi ressaltada pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que já presidiu o Parlasul.

– Durante a campanha o tema Mercosul esteve sempre presente. O candidato Lacalle ficou o tempo todo negando o Mercosul e o Parlasul. Enquanto isso, Mujica defendeu. Creio que o resultado é positivo, pois a sociedade criou a consciência da necessidade do bloco comercial – avaliou Dr. Rosinha.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse ter a “melhor expectativa possível” em relação ao novo governo uruguaio. Ele recordou que, já durante a gestão de Tabaré Vázquez, ocorreram “avanços na integração”. Em sua opinião, Mujica dará continuidade a essas políticas, além de ser “uma pessoa sensata e equilibrada”.

– Será bom para a América Latina e para o Mercosul – previu Mesquita Júnior.

Apesar das marcantes diferenças de opinião, o clima respeitoso prevaleceu. Tabaré Vázquez defendeu a união do país e telefonou para Lacalle, reconheceu a derrota e disse que, apesar das diferenças, os uruguaios formam “um só povo, com os mesmos problemas e as mesmas esperanças”.



Eleitores de José Pepe Mujica comemoram no Uruguai: ênfase na integração

Parlasul deixa de votar moção contra eleições em Honduras

A resistência de representantes do Paraguai impediu que o Parlamento do Mercosul colocasse ontem em votação projeto de declaração por meio do qual o Legislativo do bloco não reconheceria o novo governo de Honduras, eleito no final de semana. Segundo o projeto, o parlamento evitaria reconhecer um “governo surgido de uma ruptura institucional”. A inclusão da matéria na pauta só ocorreria por meio da aprovação de maioria absoluta.

O Parlasul, entretanto, aprovou declaração de contentamento com a “grande festa cívica” do povo uruguaio, que elegeu seu novo presidente em segundo turno no domingo, e suas “mais sinceras congratulações” ao presidente eleito do Uruguai, José Pepe Mujica. Esse projeto de declaração foi apresentado pelo deputado brasileiro Dr. Rosinha (PT-PR) e aprovado por aclamação pelo Plenário.

Após recordar a existência de uma cláusula democrática

no Mercosul, a declaração destaca que as eleições uruguaias ocorreram “dentro da mais absoluta normalidade e tiveram alta participação popular, o que demonstra o alto grau de maturidade da democracia e da sociedade civil uruguaias”.

Grupo

Ainda durante a sessão, foi anunciada a criação do primeiro bloco político plurinacional do Parlamento do Mercosul – o chamado grupo progressista. Entre os seus integrantes, estão os deputados brasileiros Beto Albuquerque (PSB-RS), Dr. Rosinha e José Paulo Tóffano (PV-SP), presidente da Representação Brasileira no Parlasul.

No documento em que é criado o grupo, os parlamentares consideram a integração como “uma construção comunitária de nações de alcance histórico e baseada em uma visão político-estratégica comum e no convencimento de que não há desenvolvimento sem integração”.



Senadores e deputados compõem bancada brasileira no Parlamento do Mercosul, reunido em Montevidéu

China ganha e Brasil perde mercado na Argentina

A PARTICIPAÇÃO DAS vendas brasileiras no total das importações argentinas caiu de 35,5%, em 2005, para 28,8% nos cinco primeiros meses de 2009. No mesmo período, as vendas chinesas subiram de 7,8% para 12,6% das importações totais da Argentina. Os números foram apresentados a parlamentares brasileiros pelo embaixador Regis Arslanian, representante do Brasil junto ao Mercosul e à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), durante reunião realizada ontem em Montevidéu, no Uruguai.

O desvio de comércio para a China começou a se intensificar após a adoção de medidas protecionistas pelo governo de Buenos Aires, como a demora na concessão de licenças não

automáticas de importação. Em resposta, medidas semelhantes acabaram sendo adotadas pelo governo brasileiro este ano, o que motivou grande insatisfação na Argentina.

Exemplo dessa insatisfação, como indicou Arslanian aos parlamentares brasileiros, foi recente declaração aprovada pelo Senado argentino, que expressou sua “rotunda preocupação” com a decisão do governo brasileiro de interromper “de maneira imprevista e sem consulta” a concessão de licenças para a importação de produtos argentinos.

Alguns setores econômicos brasileiros, segundo o embaixador, foram profundamente afetados pelas medidas protecionistas argentinas. Entre

eles, a indústria de vestuário. Em 2005, a participação das vendas brasileiras de roupas no total importado pela Argentina foi de 27%, enquanto em 2008 limitou-se a 11%. No mesmo período, a participação da indústria chinesa de vestuário subiu de 6% para 42%.

Após tomar conhecimento dos números, apresentados no mesmo dia em que se realizava mais uma sessão do Parlamento do Mercosul na capital uruguaia, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) observou que os dados refletiam a crescente presença comercial da China na América do Sul.

– Isso demonstra a necessidade de ampliação do Mercosul, com a inclusão de novos países no bloco – afirmou Mesquita.

Impasse sobre regras adia eleição para o parlamento

A falta de uma lei para regulamentar as primeiras eleições de brasileiros para o Parlamento do Mercosul (Parlasul) – que deveria ter sido aprovada neste ano, para vigorar em 2010 – gerou um impasse sobre a Representação nacional no novo órgão legislativo. Na opinião de parlamentares brasileiros que já integram o Parlasul, indicados por seus partidos, as primeiras eleições diretas poderão ocorrer em 2012, paralelamente às eleições municipais, ou apenas em 2014, com as eleições gerais.

A definição da data só ocorrerá depois do estabelecimento das regras para a escolha dos futuros integrantes do Parlasul. A tese predominante até o momento é a de eleição dos parlamentares por meio de listas fechadas nacionais, apresentadas pelos partidos políticos, segundo consta de parecer elaborado pelo relator do projeto de regulamentação das eleições, deputado Dr. Rosinha. Mas também há a possibilidade de se estabelecer um número mínimo de vagas por estado brasileiro, para que todo o país se envolva no processo de integração.

– À medida que perdemos o prazo para as eleições de 2010, acho que agora o Congresso brasileiro pode definir o assunto com calma – afirmou Sérgio Zambiasi.

Para Geraldo Mesquita Júnior, há o risco de não ocorrer tão cedo a escolha direta de representantes no parlamento regional, pois os grandes partidos teriam interesse na manutenção do atual sistema, de indicação dos parlamentares que integram o Parlasul.

Norma para doméstico nas quatro nações do bloco

As relações de trabalho dos empregados domésticos no âmbito dos países do Mercosul poderão ser regidas por normas comuns às quatro nações que integram o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. As regras constam de projeto de norma que define o Regime Laboral do Pessoal de Serviço Doméstico, aprovado na noite de ontem pelo Parlasul, em Montevidéu.

Apresentado pela deputada argentina Mabel Müller, o projeto havia sido aprovado de manhã pela Comissão de Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social do Parlasul. O projeto de norma será encaminhado ao Conselho do Mercado Comum, que poderá transformá-lo em uma decisão do próprio conselho. Nesse caso, a decisão terá de ser referendada pelos parlamentos de cada país membro para se tornar lei.

Segundo o projeto, presume-se uma relação de serviço doméstico quando ocorra o trabalho em dias fixos da semana no domicílio do empregador, com habitualidade horária de entrada e de saída. Entre as obrigações do empregador, destacam-se no projeto as de prover alimentação e moradia, “sã e suficiente”, adequada às necessidades do trabalhador, e de pagar diariamente os gastos de transporte.

A jornada de trabalho, ainda de acordo com o projeto, será de no máximo oito horas diárias, com um descanso de meia hora. Por outro lado, os trabalhadores poderão integrar-se a associações sindicais.

Seminário internacional debate controle sobre serviços secretos

O Congresso promove hoje seminário internacional sobre as atividades de inteligência do Executivo – os chamados serviços secretos – e o controle que o Legislativo pode ou deve exercer sobre tais atividades.

Além de especialistas de outros países, foram convidados para o evento o ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix; e representantes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) – vinculada àquele gabinete – e do Ministério da Defesa.

Os debates estão divididos em quatro mesas, com os seguintes temas:

– “O controle parlamentar da atividade de inteligência nos regimes democráticos: a experiência anglo-saxônica (Estados Unidos, Reino Unido e Canadá)”;

– “Atividade de inteligência, controle e democracia: a inteligência de defesa e a inteligência estratégica”;

– “Atividade de inteligência, controle e democracia: inteligência criminal, de segurança pública e fiscal”;

– “O controle parlamentar da atividade de inteligência no Cone Sul: Argentina, Brasil e Chile”.



Jorge Armando Félix deve participar do evento com outros especialistas

No encerramento, será discutido “O futuro da atividade de inteligência: perspectivas para o controle dos serviços secretos”.

Convidados

Entre os convidados estrangeiros estão os professores Thomas Bruneau (Naval Postgraduate School), Stuart Farson (Simon Fraser University), Peter Gill (University of Manchester), José Manuel Ugarte (Universidad de Buenos Aires) e Guillermo Holzmann Pérez (Universidad de Chile).

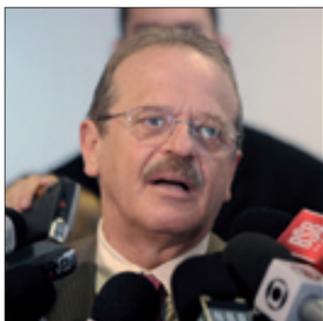
A iniciativa do seminário é da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI). Os debates serão realizados no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. A cerimônia de abertura ocorrerá a partir das 9h.

Unificação das polícias será examinada hoje e amanhã

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a unificação das polícias civil e militar será discutida em duas audiências públicas, marcadas para hoje e amanhã, ambas às 18h na sala 3 da Ala Alexandre Costa. A iniciativa enfrenta resistências dentro das duas instituições e, por isso, estava fora da pauta desde 2007.

Os debates foram organizados pela Subcomissão Permanente de Segurança Pública, vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O colegiado é presidido pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor da proposta (PEC 21/05).

Para a audiência de hoje, foram convidados o presidente da Associação Nacional dos Oficiais Militares Estaduais, Abelmídio de Sá Ribas; o deputado distrital Cabo Patrício, que também preside a Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Militares Estaduais;



Ministro Tarso Genro está entre os convidados para o debate de amanhã

o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), Carlos Eduardo Benito Jorge; e o comandante-geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, João Carlos Lopes.

Para o debate de amanhã foram convidados o ministro da Justiça, Tarso Genro, o presidente da Associação dos Agentes de Polícia Civil do Distrito Federal, Alexandre Sarmento, e o presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, Sandro Torres Avelar.

Comissão de Agricultura também deve examinar hoje proposta que especifica a duração do trabalho de empregado rural, prevendo intervalos para repouso e alimentação



Projeto beneficia produtor rural que conservar qualidade do solo, evitando erosão

Incentivo a agricultor que preservar floresta

PROPOSTA QUE DÁ ao produtor rural direito a parte dos recursos da compensação ambiental criada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, como contrapartida pela manutenção da cobertura florestal, deve ser votada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que se reúne hoje.

De acordo com o projeto (PLS 483/09), de Gilberto Goellner (DEM-MT), proprietários rurais com áreas vizinhas às unidades de conservação que mantiverem cobertura florestal, especialmente em torno de nascentes e ao longo de cursos d'água, terão direito a receber compensação financeira. O benefício também é previsto para agricultores que conservarem a qualidade do solo, impedindo processos erosivos.

O relator, Osmar Dias (PDT-PR), explica que a proposta ampliará a qualidade ambiental das áreas localizadas no entorno das unidades de conservação,

colaborando para prevenir danos ambientais que possam comprometer sua integridade.

Segundo Osmar Dias, a compensação financeira, a ser definida pelo órgão ambiental licenciador que trata das áreas preservadas, constituirá importante instrumento para prevenir danos ambientais e manter a qualidade dos recursos hídricos vitais para a agricultura, o abastecimento humano e a geração de energia. O PLS 483/09, após votação na CRA, segue para exame na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Trabalho rural

A CRA também examinará proposta que altera regras para o trabalho rural. O texto em análise (PLS 458/09), também de autoria de Goellner, especifica a duração do trabalho para empregados rurais, estabelecendo intervalos para repouso e alimentação. Prevê ainda situações excepcionais, determinadas por condições climáticas adversas e

outros fatores, nos quais poderá haver flexibilização das normas de remuneração do trabalho rural. Para o relator, Raimundo Colombo (DEM-SC), o objetivo do projeto é destravar pontos críticos da relação do trabalho rural, uma vez que o Brasil vive situação de crescimento do emprego formal na agropecuária. Segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), somente no ano de 2008 houve saldo acumulado de 60 mil postos de trabalho no campo.

O relator explica, ainda, serem bem-vindas as propostas que buscam adaptar corretamente o trabalho e a realidade rural para facilitar a vida do trabalhador rural, criando as oportunidades para que os instrumentos coletivos de trabalho possam harmonizar os interesses de empregados e empregadores.

Após o exame na Comissão de Agricultura, o PLS 458/09 será votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Obras irregulares, alvo da Comissão de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove a partir de hoje quatro audiências públicas para subsidiar votações relativas a obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

O resultado dessas votações pode levar à suspensão ou inclusão de recursos orçamentários para essas obras.

Duas delas ocorrem hoje: às 10h serão ouvidos represen-

tantes da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), e às 15h, representantes da Petrobras falam aos parlamentares.

Os outros dois encontros serão realizados amanhã: às 10h, participam do debate representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), e às 14h30 serão ouvidos representantes dos ministérios das Cidades e da

Integração Nacional.

Participam de todas as reuniões representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão responsável pela análise dos contratos referentes às obras públicas.

Para a quinta-feira está agendada reunião extraordinária da comissão, às 10h, no Plenário 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães, na Câmara dos Deputados.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Paulo Paim • Papaléo Paes

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva e Alberto R. Alvim
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Segundo a polícia, ameaças telefônicas a Magno Malta (à mesa) partiram da Paraíba

CPI ouve DJ Marlboro e acusado de fazer ameaças a senador

A CPI que investiga a utilização da internet na prática de crimes de pedofilia se reúne amanhã, às 14h30, para ouvir quatro depoentes.

São eles Fernando Luis Mattos da Matta, José Arimatéia de Farias, Paulo Afonso de Farias e Wilma Cássia Mendonça, psiquiatra do Hospital Universitário Alcides Carneiro, de Campina Grande (PB).

Famoso *disc-jockey* de funk no Rio de Janeiro e conhecido como DJ Marlboro, Fernando da Matta é acusado por um casal mineiro de ter cometido crime de pedofilia contra uma criança de quatro anos. Ele se defende alegando que é vítima de calúnia. Junia Fonseca Duarte, sua namorada, também foi convocada para depor, mas seu advogado afirma que ela

não pode vir por se encontrar na Itália.

Outro depoente convocado, José Arimatéia de Farias, foi identificado pela Polícia Legislativa do Senado como autor de três ameaças telefônicas contra o presidente da comissão, senador Magno Malta (PR-ES).

Segundo a polícia, as ligações tiveram origem em telefones celulares de Campina Grande pertencentes a Paulo Afonso de Farias, irmão de José Arimatéia, que sofreria de transtornos mentais.

A psiquiatra Wilma Mendonça foi convocada porque seu carimbo consta de atestado que convalida o distúrbio de Arimatéia.

O documento, no entanto, não possui a assinatura da médica.

CAS examina projetos que mudam lei de planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) poderá votar amanhã projetos de lei que tratam de planos de saúde. Uma das propostas, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), obriga as operadoras de planos de saúde e os seus prestadores de serviços a fazerem contratos por escrito. Outra, do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), desobriga as entidades filantrópicas da área de saúde de constituir pessoa jurídica independente para operar plano privado de assistência à saúde.

De acordo com substitutivo do senador Augusto Botelho (PT-RR) à proposta de Lúcia Vânia (PLS 276/04), operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços, como médicos autônomos, clínicas médicas, hospitais e laboratórios, serão obrigados a manterem contrato escrito.

A obrigatoriedade deverá ser observada tanto pelos profissionais de saúde, na condição de pessoa física, como pelos estabelecimentos de saúde, na qualidade de pessoa jurídica. Para os prestadores de serviço, a exigência de contratos pode trazer, entre outros benefícios, a garantia de revisão periódica dos preços e o fim da prática do descredenciamento imotivado.

Já o outro projeto determina que entidades filantrópicas da área de saúde poderão operar junto a planos de saúde ape-



Lúcia Vânia quer tornar obrigatório contrato entre empresas e médicos

nas constituindo uma filial ou departamento com Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ) sequencial ao da pessoa jurídica que lhe der origem.

A lei em vigor exige que a atividade econômica caracterizada como operação de planos privados de assistência à saúde seja executada por pessoa jurídica própria, com ou sem fins econômicos, mas de objeto social exclusivo.

As propostas modificam a lei sobre planos e seguros privados de assistência à saúde (Lei 9.656/98). A decisão da CAS será em caráter terminativo.

Consta também da pauta, composta por 42 itens, projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que trata da retirada de órgãos, tecidos e partes do corpo humano. A proposta (PLS 405/05) visa permitir a remoção de órgãos de anencéfalos (quem não possui cérebro completamente formado) para fins de transplante.

Senador anuncia a entrega dos três cargos ocupados pelo PDT no governo de José Roberto Arruda, que aparece em vídeo recebendo dinheiro supostamente ilegal

Cristovam defende CPI para investigar denúncias no DF

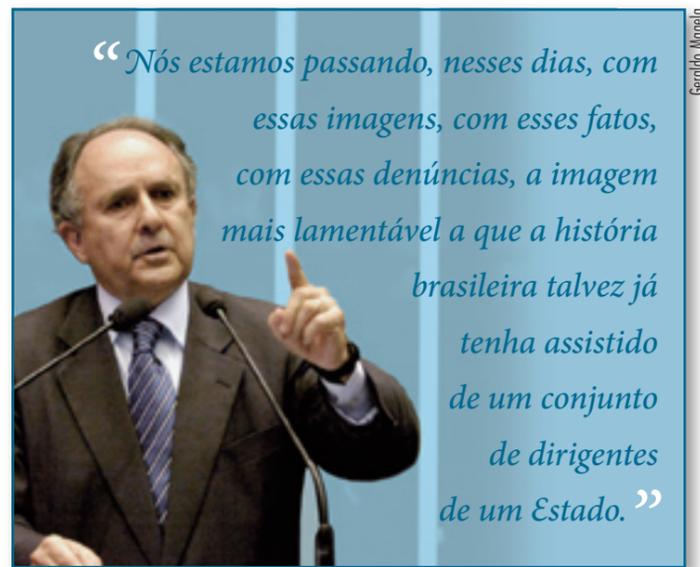
O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) anunciou ontem as duas primeiras decisões tomadas pelo seu partido diante das denúncias de corrupção envolvendo o governador José Roberto Arruda (DEM) e a cúpula política do DF: o PDT entregou os três cargos que mantinha no governo e iniciou, por meio do deputado distrital José Antônio Reguffe, a coleta de assinaturas para instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Em resposta a uma sugestão do senador Mão Santa (PSC-PI), que o aparteu, Cristovam disse que será o primeiro signatário de um requerimento de CPI para investigar o caso no Senado.

Na opinião de Mão Santa, uma CPI realizada pela Câmara Legislativa não teria legitimidade, em razão de "ela estar toda corrompida". Ele sugeriu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que promova uma intervenção federal no Distrito Federal.

Já o senador João Pedro (PT-AM) classificou de "uma vergonha, um acinte, esse comportamento dos dirigentes políticos de Brasília". Ele pediu coerência ao DEM e defendeu o afastamento imediato de Arruda do cargo de governador, assim como do vice Paulo Octávio e do presidente da Câmara Legislativa, Leonardo Prudente, ambos filiados ao DEM.

Na última sexta-feira, a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em gabinetes e residências de secretários, deputados distritais e titulares de empresas que mantêm contratos com o governo do DF.



"Nós estamos passando, nesses dias, com essas imagens, com esses fatos, com essas denúncias, a imagem mais lamentável a que a história brasileira talvez já tenha assistido de um conjunto de dirigentes de um Estado."

No inquérito, aparecem transcrições de conversas em que Arruda trata de distribuição de dinheiro a deputados distritais. Nos dias seguintes, vários vídeos foram divulgados na internet mostrando José Roberto Arruda, Leonardo Prudente, outros deputados distritais, membros do governo e uma pessoa que seria ligada a Paulo Octávio recebendo dinheiro supostamente de origem irregular.

– Estamos passando com esses fatos, com essas denúncias, a imagem mais lamentável a que a história brasileira talvez já tenha assistido de um conjunto de dirigentes de um estado. O governador aparece recebendo dinheiro vivo, filmado pela televisão. As informações e as gravações indicam o envolvimento do vice-governador. O presidente da Câmara Distrital recebendo tanto dinheiro que não cabe nos bolsos, colocando-o nas meias. Toda a cadeia de comando que sucede a cada um aqui se desmoronando moralmente – afir-

mou Cristovam Buarque.

Renúncia

Em nome do PDT, Cristovam também exigiu a renúncia de Leonardo Prudente da Presidência da Câmara e pediu a Arruda que se afaste voluntariamente do cargo até que as investigações sejam aprofundadas. O senador lembrou que uma eventual decisão de Arruda em licenciar-se deverá ser seguida pelo vice, Paulo Octávio.

O senador pedetista apelou ainda ao Ministério Público para que estenda as investigações ao processo eleitoral e avalie a necessidade de pedir ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a cassação da chapa eleita.

Ele sugeriu à população do DF que se mobilize e cobre das autoridades competentes uma rápida apuração de todos os fatos denunciados.

Para Cristovam, o escândalo levanta a necessidade de se realizar uma grande auditoria nas contas do governo distrital.

Para Mão Santa, vídeos fazem povo "tremar de indignação"

Ao comentar os vídeos da Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal (PF), Mão Santa (PSC-PI) disse ontem que as denúncias contra políticos do Distrito Federal fizeram o povo brasileiro "tremar de indignação pelo que se passa na capital da República".

Ao contrário do colega Cristovam Buarque (PDT-DF), o senador disse que a população do DF deve, sim, comemorar o cinquentenário da capital em 2010, em homenagem à figura do ex-presidente Juscelino Kubitschek e "do povo que construiu Brasília".

Mão Santa afirmou que é preciso resgatar o exemplo de Juscelino e do povo que construiu Brasília, por ser "um exemplo de coragem,

de visão de futuro e de ação".

Quanto ao deputado distrital Júnior Brunelli, que também aparece em vídeo recebendo dinheiro, Mão Santa disse que Brunelli "não é do partido", o PSC, por não seguir o mandamento da igreja de não roubar.

– O PSC abomina isso, não aceita isso. Eu aqui o represento – disse Mão Santa, que é presidente nacional da legenda.

O senador aproveitou para criticar o governador do Piauí, Wellington Dias, devido aos problemas energéticos enfrentados pelo estado. Além disso, afirmou, o governo não cuida das belezas naturais do estado, não investe no



Senador diz que população de Brasília deve resgatar exemplo de JK

turismo nem na saúde e não realiza obras importantes para a infraestrutura da região.

Mão Santa também citou frase do escritor Ernest Hemingway, do livro *O Velho e o Mar*: "A maior estupidez é perder a esperança".

– Além disso, acho que é um pecado perder a esperança – acrescentou.

João Pedro comemora vitória de Pepe Mujica no Uruguai

João Pedro (PT-AM) comemorou a eleição, no domingo, de José Pepe Mujica, candidato da Frente Ampla à Presidência do Uruguai. O parlamentar lembrou que Mujica, que combateu a ditadura no país na década de 1970, é membro de um grupo político que governa o Uruguai desde 2005, com resultados significativos na redução da pobreza.

Ele destacou o compromisso de Mujica com a consolidação do Mercosul, um dos principais pontos de sua plataforma. O candidato derrotado, Luis Alberto Lacalle, do Partido Blanco, opunha-se abertamente à participação do Uruguai no bloco regional.

Nesse sentido, João Pedro voltou a chamar a atenção dos senadores para a importância do debate sobre o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Para ele, também é tempo de romper as barreiras que impedem o Brasil de dialogar com outros países da América do Sul.

– Nós precisamos construir esse novo momento, abrir essa nova história do Brasil com a Venezuela e, em seguida, do Brasil com o Peru, do Brasil com a Colômbia, que são grandes países, com grandes economias, com populações significativas – disse.

Honduras

Se o debate pacífico entre diferentes pontos de vista nas eleições presidenciais do Uruguai deve ser comemorado, o mesmo não pode ser dito em relação ao pleito de Honduras,



João Pedro questiona resultado de eleição presidencial de Honduras

também realizado no domingo, disse João Pedro, afirmando que “havia mais militares que eleitores nas ruas” e que o resultado das eleições no país vem sendo questionado por toda a comunidade internacional.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral de Honduras, com 61,89% dos votos contados, Porfirio Lobo, do Partido Nacional, teve 55,9% dos votos, contra 38,6% de Elvin Santos, do Partido Liberal. O presidente deposto em junho, Manuel Zelaya, diz que o índice de abstenção superou os 60% e que, portanto, o processo foi “uma fraude”.

– É lamentável que golpes possam ferir a democracia, e a democracia não de Honduras, mas da América Latina. Essa é uma experiência muito curta do ponto de vista histórico. Nós precisamos consolidar democracias na América Latina. Eu lamento profundamente que o povo de Honduras tenha que viver essa dramaticidade – disse.

Sadi Cassol defende mais recursos para o Proantar

Sadi Cassol (PT-TO) relatou visita recente que fez à Antártica, em companhia dos senadores Jefferson Praia (PDT-AM) e Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), durante a 28ª Operação Antártica. O parlamentar comentou a consolidação da presença brasileira no “continente gelado” e a importância da continuidade do Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Para isso, defendeu a continuidade da alocação de recursos do Orçamento da União para 2010.

– Quero manifestar meu integral apoio ao Proantar brasileiro, que necessita de recursos orçamentários suficientes para a formação de técnicos e cientistas – assinalou.

Sadi Cassol salientou que os navios *Almirante Maximiano* e *Ary Rongel* forneceram maiores condições para a pesquisa tecnológica e a coleta de dados da região. Ele informou ainda que essas embarcações permanecerão na região por seis meses, tendo embarcado equipamentos e material necessário no porto de Rio Grande (RS) para a realização de pesquisas oceanográficas no verão de 2010, com paradas em portos da Argentina, Chile e Uruguai.

Segundo o senador, é importante para o Brasil manter a



Cassol registra importância da presença brasileira na Antártica

posição conquistada na região, como país integrante do Tratado da Antártida, ao qual aderiu em 1982. De acordo com o parlamentar, assim o Brasil pode tomar parte nas principais decisões sobre os rumos a serem dados ao continente, tendo em vista sua influência sobre o clima e os mares brasileiros e, particularmente, sobre as mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global.

Sadi Cassol assinalou que o Proantar tem contribuído com “relevantes iniciativas” sobre as mudanças climáticas e ressaltou que o Brasil pretende assumir posição protagonista no tocante a decisões relativas ao tema.

Ao registrar a gravidade da situação financeira das prefeituras, senador cobra realização de uma reforma tributária, que, disse, vem a ser a maior reivindicação dos gestores municipais

Papaléo alerta para situação de penúria dos municípios

A QUEDA NA arrecadação tributária tem agravado a situação financeira de muitos municípios do país, alertou da tribuna o senador Papaléo Paes (PSDB-AP), ao citar dados da Receita Federal indicando que, entre setembro de 2008 – início da crise financeira no Brasil – e setembro de 2009, a arrecadação geral acumulou uma perda de 9,8%.

Segundo o parlamentar, a maioria dos municípios vive em estado de penúria devido, entre outros fatores, à falta de recursos, ao acúmulo de responsabilidades e ao atual sistema de repartição dos gastos públicos, “que é injusto”. Ele apontou também os reduzidos repasses financeiros pelo governo federal, os atrasos constantes das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a falta de recomposição dessas fontes.

Mencionando dados da Secretaria de Finanças da prefeitura de Macapá, Papaléo disse que os repasses do FPM, de setembro e outubro de 2009, foram feitos sem recomposição, o que significaria mais prejuízo para o município. Segundo informações da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a economia local já havia perdido R\$ 3,28 milhões entre o primeiro trimestre de 2008 e o primeiro trimestre deste ano, embora o secretário de Finanças, Alan Sales, preveja que as perdas possam atingir R\$ 4 milhões no mesmo período.

Na avaliação de Papaléo, o atual pacto federativo, que “privilegia a União e os estados



“Os atuais prefeitos administram suas cidades submetidos a constante estresse, porque os cofres municipais estão sempre vazios, e as verbas, em diminuição.”

e transfere para os municípios a maior carga de trabalho e de compromissos sem oferecer a contrapartida financeira na mesma proporção, é um verdadeiro fiasco e está levando a Federação a um impasse”.

a maior fatia do bolo tributário, ou cerca de 60% de tudo o que é arrecadado. Entre janeiro e abril deste ano, os repasses do FPM caíram 9,5% em relação ao mesmo período de 2008, e as consequências negativas são vi-

síveis, notadamente nas localidades mais pobres.

Papaléo observou que 65% dos recursos municipais provêm das transferências da União, em especial do FPM e do Fundo de Manutenção do

Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O FPM constitui a principal fonte de receita de 81% dos municípios brasileiros, sendo que, para 28% deles, chega a representar mais da metade dos recursos de que dispõem, afirmou o senador.

Reforma

Por esse motivo, explicou, a maior reivindicação dos gestores municipais continua sendo a reforma tributária.

– Dessa forma, a esperança de todos é que ela seja capaz de estabelecer relações de maior equidade entre União, estados e municípios. Lamentavelmente, tal decisão vem sendo adiada há anos, porque a União e os estados não aceitam abrir mão de nenhum de seus privilégios – afirmou.

De acordo com a CNM, afirmou Papaléo, a União fica com

Parlamentar afirma que a União e os estados não aceitam abrir mão de nenhum privilégio

Paim pede isenção de IPI para bicicletas

A proposta de isentar as bicicletas de fabricação nacional do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi defendida por Paulo Paim (PT-RS). O senador, autor do PLS 488/09, com esse objetivo, assinala que a bicicleta pode ser utilizada como meio de transporte alternativo, ecológico – por não liberar CO₂ na atmosfera –, de custo mais baixo, podendo servir para o trabalho, o turismo e o lazer.

Paim citou experiências bem-sucedidas como a de Amsterdã, na Holanda, onde pessoas de diferentes faixas etárias, independentemente das condições climáticas, se locomovem de bicicleta. Também citou Bogotá, na Colômbia, onde desde 1976 o governo estimula o uso de bicicletas como meio de transporte, tendo investido, relatou Paim, a partir de 1988, R\$ 130 milhões em 120 quilômetros de ciclovias.

O senador disse que o governo local pretende construir mais 20 quilômetros de ciclovias, interligando universidades, estacionamentos públicos e locais de trabalho.



Paim quer incentivo a um meio de transporte que não libere CO₂

Para destacar a importância da tendência mundial de uso da bicicleta como veículo de transporte, Paim mencionou inúmeras organizações não governamentais criadas para esse fim, que enfatizam a despoluição do ambiente e a redução dos acidentes automobilísticos. Entre essas entidades, estão a Associação Blumenauense Pró-Ciclovias; a Massa Crítica; a Bicicultura; o Grupo CicloBrasil; e a ONG Rodas da Paz.

Paim comemorou a redução de IPI para o setor moveleiro, que, com a crise financeira, teve

redução no faturamento mensal de 10% desde outubro de 2008. O parlamentar ressaltou que o setor emprega diretamente cerca de 260 mil pessoas, com madeira 100% oriunda de floresta plantada.

Homenagens

O senador agradeceu as homenagens recebidas no último final de semana nos estados da Paraíba e da Bahia. Ele recebeu o título de Cidadão Paraibano, da assembleia legislativa daquele estado, uma placa da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Paraíba e outro prêmio da Associação Paraibana de Aposentados e Pensionistas dos Correios.

Em Salvador, Paim foi agraciado pela Federação de Aposentados, Pensionistas e Idosos da Bahia com o título de Parlamentar Benemérito pela Causa dos Idosos e homenageado pela câmara de vereadores de Salvador com o troféu Zumbi dos Palmares. Esses eventos tiveram a participação de deputados federais e estaduais, vereadores e entidades sindicais, ressaltou.